



AGENDA LEGISLATIVA

17 a 21 de outubro de 2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO – Terça-feira (18), às 13h55

MPV 1126/2022 - Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Item nº 2

Explicação: revoga a Lei que autorizou estados, municípios e setor privado a comprarem vacinas contra a covid-19 que tenham registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

Autor: Poder Executivo

Relator: pendente

Parecer: pendente

PL 2796/2021 - Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos Item nº 11

Explicação: define jogo eletrônico (excluindo máquinas de azar, como caça-níqueis), regulamenta o uso dos videogames para aprendizado e para fins terapêuticos, bem como dispõe sobre o tratamento tributário dos videogames. Prevê ainda estímulo do Estado à formação de programadores e envolvimento de adolescentes com o desenvolvimento de videogames.

Autor: deputado Kim Kataguirí DEM/SP

Relator: deputado Darci de Matos - PSD/SC

[Parecer](#): pela aprovação.

Terça-feira (18/10)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (Reunião Deliberativa) / Anexo II, Plenário 01, 13h00

PEC 128/2019 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Item nº 3

Explicação: objetiva modificar as bases de incidência tributária em vigor no Brasil, diminuindo a participação dos tributos sobre o consumo e aumentando a tributação sobre os lucros e ganhos. Entre outros pontos, desmembra o imposto sobre bens e serviços – IBS em dois tributos, um federal e outro dos estados e municípios, o denominado IVA dual, e adiciona um regime especial de tributação com a finalidade de suprir a função regulatória do IOF.

Autor: deputado Luis Miranda -DEM/DF

Relator: deputado Darci de Matos - PSD/SC

[Parecer](#): pela admissibilidade.

PEC 14/2022 - Altera o § 9º do art. 195 da Constituição Federal para reduzir pela metade a alíquota das contribuições sociais de que trata o inciso I quando se tratar de municípios. Item nº 6

Explicação: reduz pela metade a alíquota quando se tratar de municípios e nos demais casos, diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Autor: deputado Cacá Leão - PP/BA

Relator: deputado Paulo Azi - UNIÃO/BA

[Parecer](#): pela admissibilidade.

PL 249/2022 - Dispõe sobre normas de transparência nas contratações públicas da União. Item nº 27

Explicação: entre outros, estabelece que as informações sobre a modalidade de licitação, a duração prevista do contrato, e os critérios de julgamento e habilitação devem estar presentes de forma clara no edital de licitação e disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas. Além disso, determina que a inclusão de representantes da sociedade civil no Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.

Autor: deputada Tabata Amaral PSB/SP

Relator: deputado Eduardo Cury - PSDB/SP

[Parecer:](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emenda nºs 1 e 2 da Comissão de Finanças e Tributação.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 13h00

PL 3670/2021 - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a fim de disciplinar a obrigatoriedade da emissão de receituários, de pedidos de exame e de laudos médicos em sistema de escrita e impressão constituídos por pontos em relevo (braile) destinados às pessoas com deficiência visual no Sistema Único de Saúde. Item nº 10

Autor: deputado Francisco Jr. PSD/GO

Relator: deputada Tereza Nelma - PSD/AL

[Parecer:](#) pela aprovação deste e das duas Emendas Adotadas pela CSSF.

Quarta-feira (19/10)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h00

REQ 89/2022 CE - Requer a convocação do Sr. Victor Godoy Veiga, Ministro da Educação, a fim de esclarecer o confisco de recursos das Universidades Federais, Institutos Federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Item nº 1

Autor: deputado Rogério Correia PT/MG

REQ 90/2022 CE - Requer as convocações dos Ministérios da Educação e da Economia para que preste esclarecimentos sobre a redução de repasses à Educação. Item nº 2

Autor: deputado Kim Kataguirí UNIÃO/SP

REQ 91/2022 CE – Requer que seja feito convite aos Ministros da Educação e da Economia para que prestem esclarecimentos sobre a execução do orçamento da Educação" Item nº 3

Autor: deputado Dr. Jaziel PL/CE

REQ 92/2022 CE - Requer a realização de Audiência Pública para debater o corte de 96,6% do orçamento das políticas públicas destinadas à Educação Infantil em 2023. Item nº 4

Autor: deputado Rogério Correia PT/MG

Convidados:

- Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB);
- Representante da Campanha pelo Direito à Educação;
- Representante do movimento Todos pela Educação;
- Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME);
- Representante da Rede Nacional Primeira Infância;
- Professora Rita Coelho;
- Professor José Marcelino;
- Professora Livia fraga;
- Professora Ângela Barreto;
- Representante do Ministério da Economia;
- Representante do Ministério da Educação.

REQ 93/2022 CE - Requer a convocação do Sr. Victor Godoy Veiga, Ministro da Educação, a fim de esclarecer o corte de 96,6% do orçamento das políticas públicas destinadas à Educação Infantil em 2023. Item nº 5

Autor: Rogério Correia PT/MG

PL 2410/2021 - Cria o Fundo de Aquisição de Livros para Instituições Públicas de Ensino Superior - FUNALIVROS. Item nº 15

Explicação de plataformas de acervo de livros virtuais ou digitais para todas as áreas e níveis de formação acadêmica e de aperfeiçoamento do quadro de docentes e servidores das instituições.

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Relator: deputado Lídice da Mata - PSB/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

PL 1250/2022 - Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Item nº 19

Explicação: Trata de alterações no Conselho Deliberativo do FNDE

Autor: Professor Israel Batista PSB/DF

Relator: deputado Tiago Mitraud - NOVO/MG

[Parecer:](#) pela aprovação, com substitutivo.

CSSF - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 09h00

PL 4998/2020 - Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para instituir a carteira de vacinação digital. Item nº 2

Autor: Senador Federal - Acir Gurgacz PDT/TO

Explicação: a carteira digital de vacinação, com o histórico de imunizações administradas em serviços públicos e privados de saúde.

Relator: deputado Flávia Moraes - PDT/GO

[Parecer:](#) pela aprovação deste, do PL 6917/2017, do PL 5217/2020, do PL 1674/2021, do PL 1829/2021, do PL 2091/2021, do PL 2096/2021, do PL 2710/2021, do PL 3629/2021, do PL 3969/2021, do PL 37/2021, do PL 1158/2021, do PL 665/2021, do PL 1468/2021, do PL 3191/2021, do PL 3192/2021, do PL 3281/2021, do PL 22/2022 e do PL 3264/2021, apensados, com substitutivo.

CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / Anexo II, Plenário 06, 10h00

PL 9362/2017 - Dispõe sobre a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups. (PL das Startups) Item nº 6

Explicação: estabelece a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups e de ambiente de empreendedorismo e contribui para a inovação e melhoria da competitividade da economia com produtos e serviços de maior valor agregado.

Autor: deputado Aureo SD/RJ

Relator: deputado Benes Leocádio - UNIÃO/RN

[Parecer:](#) pela aprovação deste, do PL 10928/2018, do PL 477/2019, do PL 2670/2019, do PL 3432/2019, do PL 5162/2020, e do PL 140/2021, apensados, com substitutivo.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 13h30

PL 1395/2021 - Acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas). Item nº 3

Explicação: Autoriza a requisição, por órgãos de inteligência, de acesso a bancos de dados públicos ou privados, úteis a produção de conhecimentos de apoio às suas atividades.

Autor: deputado Carlos Jordy PSL/RJ

Relator: deputado Delegado Pablo - UNIÃO/AM

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

PL 2418/2019 - Altera a Lei nº 12.965/2014, para criar obrigação de monitoramento de atividades terroristas e crimes hediondos a provedores de aplicações de Internet e dá outras providências. Item nº 7

Autor: deputado José Medeiros PODE/MT

Relator: deputado Delegado Pablo - UNIÃO/AM

[Parecer:](#) pela aprovação, com emendas.

[VTS 1](#), do deputado Capitão Alberto Neto - PL/AM

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO – Terça (18), às 16h

MPV 1123/2022 – Altera a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. Item nº 1.

Explicação: dispõe sobre a figura das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), que, segundo a norma, são “essenciais para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e fundamentais para preservação da segurança e defesa nacional contra ameaças externas”, disciplinando o credenciamento e o descredenciamento desse tipo de pessoa jurídica, que deverão observar procedimento estabelecido em ato do Ministério da Defesa (MD).

Autor: Presidência da República

Relator: senador Chico Rodrigues – UNIÃO/RR

Parecer: Pendente

MPV 1124/2022 – Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão. Item nº 2.

Explicação: pela norma, a estrutura atual da Autoridade continuará vigente e aplicável até a data de entrada em vigor da nova Estrutura Regimental da ANPD como autarquia de natureza especial a ser definida em ato futuro da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Na ocasião será definido o período de transição para o encerramento da prestação de apoio administrativo pela Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República à ANPD. Para compor o corpo técnico da futura autarquia serão alocados servidores ingressantes da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, com previsão para manutenção daqueles que já foram requisitados até 31 de dezembro de 2026.

Autor: Presidência da República

Relator: pendente

Parecer: Pendente

Segunda-feira (17/10)

CECTCOVID – Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia / Remota, às 10h.

Audiência Pública – Tema: 18ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. Temática - INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS: assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício à educação.

Convidados:

- Gabriela Schneider, professora do Magistério Superior – Departamento de Planejamento e Administração Escolar – UFPR;
- Manoel Humberto Gonzaga de Lima, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação – INCME; e
- Representante da Coordenação Nacional da Articulação de Quilombos (CONAQ).

Terça-feira (18/10)

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIV / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h00

REQ 41/2022 - CDH - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar a campanha pelo limite dos juros no Brasil e debater a SUGESTÃO Nº 8 de 2022, que "Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências". Item nº 5

Autor: Senadora Zenaide Maia - PROS/RN

Convidados:

- Pedro Uczai, Deputado Federal, Relator da Sugestão nº 9/2022-CLP na Câmara dos Deputados;
- Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida;
- Beto Simonetti, Presidente da OAB;
- Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB;
- Eldaldo Nunes de Alencar, Presidente da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas do DF e Entorno (Fampe-DF); e
- Representante Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Quinta-feira (20/10)

ABA ASSESPRO CGI DELL

CJSUBIA – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº3, 15h00

Reunião de Trabalho – Destinada a tratar dos eixos estruturais do texto.